



QUARTO RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA DE 2018

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Modalidade: Conformidade.

Agosto de 2018
Itarana/ES



RELATÓRIO

Ilustríssimo Diretor Geral,

Em atenção ao preceituado no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2018 (alterado), apresentam-se os resultados dos exames já realizados para compor a Prestação de Contas Anual – PCA do exercício de 2018, com base na Instrução Normativa nº 43/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos foram desenvolvidos na sede da Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo do Município de Itarana/ES, no mês de junho e julho de 2018, os exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público, com o objetivo de subsidiar o parecer final da Unidade Central de Controle Interno na Prestação de Contas do ano de 2018 da Unidade Gestora do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Itarana/ES, desta forma, foram selecionados alguns servidores e procedimentos realizados no referido exercício até o mês de junho.

Desta forma, entendemos relevante já relatar os fatos encontrados a fim de sanar as irregularidades/impropriedades o mais breve possível, com a finalidade de assegurar a oportunidade e a tempestividade da tomada de decisões.

Ressaltamos que este relatório **não esgota** os achados que possam ser detectados em futuras auditorias realizadas, se alterada a profundidade e a extensão dos procedimentos adotados.

A seguir serão explanadas as constatações verificadas conforme análises nas amostras e suas respectivas recomendações.

2. ACHADOS – ATOS DE GESTÃO

Conforme ponto de controle 2.6.1 da Tabela Referencial nº 01 da IN TC Nº 43/2017, realizamos exames voltados a avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores efetivos, e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

2.1. FUNÇÕES DE CONFIANÇA

De acordo com a Lei Municipal nº 590/1999 – Que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do SAAE, Lei Complementar Municipal nº 027/2018 – Que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras e define o sistema de vencimentos do SAAE e o sistema de administração de Recursos Humanos, verificou-se, que até a presente data não existem funções de confiança ativas.

Porém alertamos que ao realizar nomeações para exercício de funções de confiança, seja observado o que dispõe o inciso V, do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, devendo **todas** as funções de confiança serem exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos **efetivos** na Autarquia.

Constituição Federal

Art. 37

(...)

V - as funções de confiança, exercidas **exclusivamente** por servidores ocupantes de **cargo efetivo**, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

2.2. CARGOS EM COMISSÃO

Com base na legislação vigente, verificamos que atualmente temos apenas os seguintes cargos em comissão/comissionados no SAAE:

- Diretor Geral;
- Chefe de Departamento;
- Chefe de Seção.

De acordo com as atribuições de cada cargo, observou-se que os mesmos, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 37, inciso V.

Art. 37

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às **atribuições de direção, chefia e assessoramento**;



Porém, verificou-se que a Lei Municipal referente a essa Autarquia, não dispõe sobre percentual mínimo, para o preenchimento dos cargos em comissão por servidores de carreira da Autarquia.

Desta forma, diante das constatações, orientamos:

2.2.1. RECOMENDAÇÃO 01

Recomenda-se que as condições e percentuais mínimos para o preenchimento de vagas dos cargos de provimento em comissão, por servidores efetivos dessa Autarquia, sejam estabelecidas em Lei própria dessa Autarquia, atentando-se para que os mesmos se destinem apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

2.3. PAGAMENTO DE DESPESAS

Conforme ponto de controle 2.6.5 da Tabela Referencial nº 01 da IN TC Nº 43/2017, realizamos exames voltados a avaliar se ocorreu pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por Lei Específica.

Para essa análise, fizemos uma seleção por amostragem de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos servidores estatutários ativos, os exames foram efetuados diretamente no Sistema de Administração de Recursos Humanos, onde observou-se todos os valores pagos de janeiro a junho de 2018, no relatório da Ficha Financeira Detalhada de cada servidor selecionado, conforme listagens abaixo.

QUANTIDADE	SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO
1	Fernando Franco	Op. Est. Trat. De Água
2	Luis Antonio Franco	Aux. Obras e Serv. Públicos
3	Monica Meneghel Delboni	Agente Administrativo
4	Rogério Perin	Aux. Obras e Serv. Públicos

• CONSTATAÇÕES

- a) Diante das análises efetuadas, pôde-se verificar algumas impropriedades no pagamento de adicional noturno, que, ao serem solicitadas justificativas de como estava sendo efetuado o cálculo, através do Memorando UCCI/PMI/Nº

013/2018, o mesmo não foi totalmente empreendido, onde suspeita-se que o mesmo está sendo calculado com base no salário mínimo vigente, sendo 40% (quarenta por cento) para cada servidor, sem levar em consideração a quantidade de horas noturnas efetivamente trabalhadas, nem ao menos o vencimento do servidor.

- b) Constatou-se, além disso, que não está sendo observado o que dispõe a Lei Municipal nº 786/2007, que regulamenta o pagamento do adicional de insalubridade no Município de Itarana, considerando que não encontramos as Portarias concedendo o direito ao recebimento do mesmo.
- c) Observou-se também, que as verbas referentes ao 1/3 de férias e abono de férias estão com incorreções ocasionando um recolhimento a menor de INSS.

Considerando que quando o servidor optava por receber 1/3 (um terço) das suas férias em espécie (art. 106, §4º da LC nº 001/2008), o pagamento deveria ser:

- 1) do adicional de 1/3 (um terço) de férias (art. 101 da LC nº 001/2008) e,
- 2) do abono de férias.

No entanto, efetuou-se o pagamento:

- 1) do adicional de 1/3 (um terço) de férias (art. 101 da LC nº 001/2008),
- 2) do abono de férias e,
- 3) de 1/3 (um terço) sobre o abono de férias, sendo este último (item 3), injustificado.

Verifica-se nos exemplos abaixo (com valores hipotéticos), uma variação para menor de **R\$ 8,00 (oito reais)** no recolhimento da verba previdenciária (verba previdenciária não incide sobre o abono recebido em pecúnia). Situação evidenciada (recolhimento a menor) nos recolhimentos previdenciários ocorridos nos gozos de férias com recebimento de 10 (dez) dias em espécie.

Exemplo 1: Pagamento INcorreto:

Remuneração do período de férias: R\$ 900,00
 Adicional de 1/3 (art. 101, LC nº 001/2008): R\$ 200,00
 Abono de férias (10 dias em espécie): R\$ 300,00
 1/3 (um terço) sobre o abono de férias: R\$ 100,00
 INSS sobre remuneração e adicional de 1/3 de férias: 8% (oito por cento).
 $R\$ 900,00 + R\$ 200,00 \times 8\% = \textbf{R\$ 88,00}$ (INSS a recolher).

Exemplo 2: Pagamento correto (artigos 101 e 106, §4º da LC nº 001/2008):

Remuneração do período de férias: R\$ 900,00



Adicional de 1/3: R\$ 300,00
Abono de férias (10 dias em espécie): R\$ 300,00
INSS sobre remuneração e adicional de 1/3 de férias: 8% (oito por cento).
 $R\$ 900,00 + R\$ 300,00 \times 8\% = R\$ 96,00$ (INSS a recolher).

- d) Evidenciou-se, ainda, que o valor das verbas de 1/3 de férias e abono de férias, da servidora Mônica Meneghel Delboni, foi pago a maior que o devido, com base nos valores constantes na ficha financeira da mesma.

Considerando o Ofício OF/SAAE Nº 048/2018, alguns acertos referentes as verbas de férias pagas aos servidores da Autarquia já estão sendo providenciados, ademais, necessitamos propor para cada achado, o seguinte:

2.3.1. RECOMENDAÇÃO 02:

Recomenda-se que, para fins de apuração do adicional noturno, tome como base de cálculo as horas noturnas efetivamente executadas nos termos do art. 99 da Lei Complementar nº 001/2008, onde os servidores que trabalham no horário das 22 (vinte e duas) horas às 05 (cinco) horas, terão acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal, e em caso de serviço extraordinário, terão ainda acrescido o valor correspondente a cada hora extra trabalhada.

Art. 99 O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 05 (cinco) horas do dia seguinte terá o valor/hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

§1º Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho, acrescido do percentual relativo à hora extraordinária.

§2º Nos casos em que a jornada diária de trabalho compreender um horário entre os períodos diurno e noturno, o adicional será pago proporcionalmente às horas de trabalho noturno.

Propomos, ainda, que os servidores que laboram em jornada de trabalho diferenciada (por escala), tenham a jornada estabelecida mediante portaria específica, evitando, assim, a execução equivocada de cálculos.

2.3.2. RECOMENDAÇÃO 03:

Recomenda-se que sejam realizadas Portarias concedendo o adicional de insalubridade e/ou periculosidade para os servidores da Administração Indireta, conforme dispõe a Lei Municipal nº 786/2007, em seu §1º do art. 5º.

Art. 5º A concessão e a interrupção do pagamento de adicional de insalubridade aos servidores municipais é de responsabilidade do Prefeito Municipal, e aos servidores do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Autarquia Municipal, do seu Diretor Geral, observando-se, em ambos os casos, o disposto na parte final do §1º do art. 1º desta lei.

§1º Tanto a concessão quanto a interrupção do pagamento referido no caput deste artigo serão determinadas por Portaria.

Propomos ainda, que seja observado o que dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, além do que dispõe a Lei Municipal nº 786/2007, que regulamenta o pagamento do adicional de insalubridade no Município de Itarana/ES. Devendo haver o pagamento de insalubridade ou periculosidade apenas aos servidores cujo ambiente de trabalho é insalubre e/ou perigoso. Considerando que conforme dispõe o § 2º do art. 5º da Lei nº 786/2007, deve o Diretor Geral ser responsável por fiscalizar a continuidade e/ou cessação da existência dos pressupostos que originaram a concessão do adicional de insalubridade.

Art. 5º.

(...)

§2º Cabe ao Secretário Municipal, sob pena de responsabilidade, fiscalizar a continuidade da existência dos pressupostos que originaram a concessão do adicional de insalubridade ao servidor de sua pasta, comunicando imediatamente à autoridade superior quando houver causa ensejadora da sua interrupção.

2.3.3. RECOMENDAÇÃO 04:

Alertamos, em relação aos referidos itens *a*, *b* e *c* das constatações, onde se constatou recolhimentos a menor das verbas previdenciárias nas situações em comento, que sejam apurados os valores das diferenças percebidas a maior pelos respectivos agentes, em razão do



erro apontado nos recolhimentos previdenciários e, de posse de tal valor:

1) Providencie a reposição ao erário na forma do §1º do art. 71 da LC nº 001/2008:

Art. 71 As reposições e indenizações ao Erário poderão ser descontadas em parcelas mensais não excedentes a 20% (vinte por cento) da remuneração ou dos proventos do servidor, em valores atualizados.

§1º Quando constatado pagamento indevido ao servidor por erro no processamento da folha, a reposição ao Erário será feita em uma única parcela, no mês subsequente.

2) Promova as retificações na GFIP (Guia de Recolhimento de FGTS e de Informações à Previdência Social) dos meses apurados.

3) Havendo incidência de juros e multas, estes deverão ser suportados pelo erário com consequente apuração de responsabilidade para fins de ressarcimento.

2.3.4. RECOMENDAÇÃO 05:

Recomenda-se que os valores pagos a maior à servidora, constante na constatação *d*, seja ressarcido ao erário, ou, caso haja discordância do achado, que seja devidamente formalizada justificativa plausível a esta Unidade para nova avaliação.



3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, encaminho o Relatório de Auditoria nº 04/2018, sendo este Preliminar a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2018 – PCA.

Face aos exames realizados e os resultados obtidos onde verificou-se as constatações seguidas das suas recomendações, conclui-se que se atendidas estas, as falhas encontradas podem ser facilmente corrigidas e/ou evitadas.

No mais, lembramos que a Auditoria Interna deve ser entendida como uma atividade de assessoramento à Administração, de caráter essencialmente preventivo quanto à ocorrência de irregularidades, desvios e perdas de recursos públicos, destinada a agregar valor e a melhorar as operações da entidade, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno.

Alerta-se, ainda, quanto aos riscos e respectivos ônus pelos descumprimentos das normas, políticas e procedimentos de controles internos, para assegurar que a sua atuação efetivamente, se dê em benefício do interesse público, adotando as medidas cabíveis dispostas e o verificado neste Relatório.

Itarana/ES, 14 de agosto de 2018.

Flávia Colombo Dal'Col
Auditora Pública Interna
Poder Executivo